



BIBLIOTECAS
DE LISBOA

Aqui D'El-Rei... — Quinzenário¹ **integralista** publicado em Lisboa, entre Fevereiro e Abril de 1914, num total de cinco números. Tendo por autor, editor e proprietário **João do Amaral** (1893-1981; Rua da Sociedade Farmacêutica, n.º 15, 2.º), e por depositários Almeida & Miranda, era composto e impresso na Casa Católica (Rua dos Poiais de S. Bento, n.º 135, Lisboa), e vendia-se ao preço unitário de 60 réis.

Formalmente, o ***Aqui d'El-Rei!*** variou entre as 20 e as 12 páginas por exemplar², numeradas em contínuo (83 páginas no total da coleção) e paginadas em coluna única, sem ilustrações. Todos os números apresentavam capa de brochura, com sumário de matérias na capa e a contracapa dedicada exclusivamente a publicidade³.

Editorialmente, **este periódico alternou entre os artigos de fundo doutrinários ou de elaboração teórica** — que constituíram maioritariamente o eixo substantivo da publicação e lhe conferiram a natureza panfletária — **e os pequenos textos de acerba mas localizada crítica a aspetos diversos do regime e seu quotidiano** — dos quais estava ausente qualquer componente noticiosa.

PROGRAMA DOCTRINÁRIO

No número inaugural de ***Aqui d'El-Rei!***, em nota de rodapé a uma extensa “Carta ao Exmo. Senhor Machado Santos, fundador da República” (pp. 1-13), o autor identificava o “nós” («nós que somos monárquicos») nos quais se reconhecia: «Quando digo *nós*, refiro-me a um grupo de criaturas que, tendo assistido à falência da monarquia constitucional e da república, voltam, afinal, os olhos para aquela organização social e política de que, no dizer do Sr. Basílio Teles, em má hora nos afastámos. Somos poucos: em 1910 havia apenas um; em três anos, sem a mínima propaganda das nossas ideias, muitos mais se juntaram a esse, chegando eu, jacobino rebelde, em último lugar. Somos poucos; amanhã seremos legião. Mas, muitos ou poucos, contem connosco os homens bons de Portugal e defendam-se de nós os malandrins da politiquice, mesmo aqueles que se escondem por detrás da benevolência d'El Rei. Há cem anos que os senhores politicantes mastigam! Que não seja senão

¹ Previsto para sair aos dias 1 e 15 de cada mês, *Aqui d'El-Rei!* não cumpriu rigorosamente esta periodicidade: o n.º 2 saiu a 20 de fevereiro, e no mês de março seguinte só se publicou o exemplar n.º 3.

² N.º 1, 20 pp.; n.º 2, 16 pp.; n.º 3, 16 pp.; n.º 4, 20 pp.; n.º 5, 12 pp.

³ A breve vida do ***Aqui d'El-Rei!*** não permitiu consolidar a sua vertente publicitária: ao quinto e último número, havia ainda na contracapa um enorme retângulo não preenchido, indicado como espaço publicitário «vago».

por amor dos descendentes que também um dia queiram encher-se, deixemos agora engordar a Nação.»⁴

No corpo da referida “Carta”, louvando a dignidade e honestidade de Machado Santos, mas lamentando-lhe o “erro” republicano e a sua profunda vinculação ao regime vigente, **João do Amaral** explicitava as bases doutrinárias do campo político a que dava voz:

«A história do constitucionalismo monárquico e republicano resume-se nisto: a Nação posta a saque pelos bandos políticos. Acabemos, portanto, com os partidos! Mas os partidos são os dignos filhos do parlamentarismo. Acabemos, portanto, com o parlamentarismo — lei do número, que exclui a qualidade, base da organização. O parlamentarismo é a luta dos partidos, das rivalidades pessoais, a opressão das minorias, a irresponsabilidade, a incompetência, o capricho partidário sobrepondo-se aos interesses das classes. O parlamentarismo é, na História de Portugal, o marasmo em que se encontram o nosso comércio e a nossa indústria; o nosso prestígio exterior apagado, reduzido a nada pela República; as justas reclamações do trabalhador exploradas pelos políticos como meio de propaganda eleitoral; é a desonestidade, é a fraqueza, é a discórdia, é o desrespeito, é, finalmente, a espantosa diferença que existe entre aquilo que nós fomos e aquilo que hoje somos.

Acabemos, portanto, com o parlamentarismo! [...]
O que é, pois, necessário fazer?

Trabalhar pela reconstrução dum edifício social durável, segundo as leis eternas da ciência social e sob as formas modernas que, longe de romperem com a continuidade histórica, antes representam o seu prolongamento normal. É por isso que nós começamos por dar à sociedade portuguesa a sua constituição orgânica, as suas formas históricas, consagradas pela tradição e conservadas pelo costume. Defendemos o *regime corporativo*; na ordem *política* daremos aos corpos eleitos, — municípios, assembleias provinciais e assembleia nacional, a representação dos *interesses ou direitos* em contraposição com a atual representação dos *partidos*. Na ordem *económica*, substituiremos a liberdade ilimitada do Capital e do Trabalho, a desenfreada concorrência que daí resulta, essa pseudo luta livre onde o mais fraco fica sempre vencido, substituiremos *isso* pelas regras variáveis ditadas pelo corpo profissional, para interesses da classe, para segurança e lealdade do trabalho. Organizada, desta arte, a Sociedade, o poder social ficará residindo em cada um destes pequenos organismos, cujo conjunto forma a totalidade do corpo social. E o Estado ficará sendo, apenas, um mecanismo jurídico, unificador, posto ao serviço da Sociedade que é, repito, um organismo natural. Esta tem direitos, aquele tem apenas deveres. [...]

[...] *Nas democracias*, a luta das classes termina sempre pela vitória da mais forte, a que tem dinheiro, da que, munindo os cofres dos partidos para a

⁴ N.º 1, p. 2.

campanha eleitoral, traz o poder acorrentado à sua força [...]. Nas *democracias*, cada partido tendo o seu plano de governo, a marcha dos negócios públicos é como o zig-zag de um bêbado, — ora prá esquerda com os radicais, ora prá direita com os conservadores, ora nem prá direita nem prá esquerda com os do centro.

Só a *Monarquia orgânica, antiparlamentar, descentralizadora e tradicionalista* remedeia estes inconvenientes. O perigo eleitoral é inutilizado com a restrição do voto direto só para a junta de paróquia ou para o município. [...]»⁵

CONTEÚDOS

Editorialmente, esta linha política do *Aqui d'El-Rei!*, na sua curta vida, foi caucionada essencialmente por um extenso inquérito — “Monarquia ou República?” — publicado nos números 2, 3 e 4⁶, no âmbito do qual foram entrevistados Hipólito Raposo⁷, José Pequito Rebelo⁸ e Alfredo Pimenta⁹. Para além da já mencionada explanação doutrinal, do extenso inquérito já referido e da “denúncia” da “Trilogia Republicana” — que, segundo o autor, se compunha de “A Burocracia”, “A Plutocracia” e “A Democracia”¹⁰ —, o *Aqui d'El-Rei!* dedicou ainda espaço a causticar Bernardino Machado e o governo de sua iniciativa¹¹, a refutar acidamente um artigo encomiástico para com a República publicado em jornal não identificado¹², a criticar o projeto de lei de amnistia¹³, a

⁵ *Idem*, pp. 9-12.

⁶ Inquérito que importava o modelo do *Enquête sur la monarchie*, de Charles Maurras.

⁷ N.º 2, pp. 21-28. Considerava João do Amaral que «[Hipólito Raposo] sintetizou, em vinte minutos de palestra, a doutrina que será defendida nas páginas deste panfleto. Não a foi buscar e aprender nos livros da *Action Française*, nem deve nada, como eu, à catequese dos que vulgarizam, em português, a matéria desses livros, para ser hoje um monárquico antiliberalista. Quanto a mim, devo dizer que muito concorreu a sua convivência de todos os dias para que eu abandonasse a ideologia republicana. Em 1910, pelo menos, quando eu era ainda um feroz republicano, vagamente tradicionalista, já ele falava dos direitos do homem e dos três dogmas democráticos com o mesmo impiedoso desdém. [...]» (p. 21). Terminada a entrevista, concedia o autor: «Não me deterei na análise da resposta do Sr. Dr. Hipólito Raposo. É uma síntese perfeita das ideias que este folheto se propõe vulgarizar» (p. 26).

⁸ N.º 3, pp. 37-46.

⁹ N.º 4, a entrevista preenche a totalidade do exemplar. Na introdução à entrevista, escrevia João do Amaral: «Não há hoje nos três farrapos em que o antigo partido republicano se rasgou, seis criaturas de quem eu pudesse esperar uma resposta inteligente e ampla às perguntas que faço neste inquérito. Junqueiro, Basílio, Teófilo Braga e Bruno breve se retiraram da atividade política; e na governança do país ficaram apenas os caixeiros da ideia republicana, aqueles palradores da feira pública ou larachistas de gazeta [...]. Há todavia no partido evolucionista, um homem que pensa; e ninguém ignora que esse partido de há muito se teria pulverizado se a colaboração assídua do Sr. Dr. Alfredo Pimenta lhe não garantisse, por essa província fora, a simpatia de quantos ainda conservam a ilusão de que a República poderá ser algum dia o regime de paz, de trabalho e normalidade que há tanto tempo desejamos. Para nós outros, monárquicos, pouco faz que o Sr. Dr. Alfredo Pimenta e as cinco ou seis criaturas de valor intelectual que a República tem ainda a defendê-la, sejam evolucionistas, unionistas ou afonsistas. Para nós esses homens são apenas — republicanos [...]» (pp. 53-54).

¹⁰ N.º 1, pp. 13-20.

¹¹ N.º 2, p. 31.

¹² *Idem*, pp. 31-33.

¹³ *Idem*, pp. 33-35.

elaborar sobre a dupla e contraditória dívida da República para com o operariado e a finança¹⁴, a elogiar a acertada opção monárquica no estado da Albânia¹⁵, a alertar para os perigos que corria a integridade soberana de Portugal face à ganância das potências¹⁶, a fazer propostas sobre a revisão da Lei da Separação¹⁷, a denunciar a repressão ao associativismo católico e monárquico¹⁸ e a “desancar” Alexandre Braga¹⁹.

JOÃO DO AMARAL, O *AQUI D’EL-REI!* E A IMPRENSA INTEGRALISTA

Em finais de 1913, **João do Amaral**, que fora até há pouco redator do *Diário de Coimbra* (1913) e colaborava n’*O Intransigente* (1910-1915) do seu amigo Machado Santos, confessava-se «perfeitamente aniquilado»²⁰ em virtude de problemas financeiros e da sua crescente desilusão para com a República em que acreditara. Sob a influência de Hipólito Raposo e de António Sardinha, e financiado por Alberto de Monsaraz, lançou-se na aventura panfletária do ***Aqui D’El-Rei!***, tentame propagandístico de uma corrente política que, desde o ano anterior, assomava o seu momento na sociedade portuguesa²¹. De facto, em maio de 1913 iniciara publicação em Gand (Bélgica) um órgão literário animado por um grupo de jovens exilados monárquicos (à cabeça dos quais estava Luís de Almeida Braga): *Alma Portuguesa*, «revista de filosofia, literatura e arte, sociologia, educação, instrução e actualidades», que em subtítulo se denominava *Órgão do Integralismo Lusitano* e da qual se publicaram dois números (em maio e setembro); a partir de agosto seguinte, e até 1916, o Pe. Amadeu de Vasconcelos publicará em Paris, sob o pseudónimo de Mariotte, *Os Meus Cadernos* — ambos os títulos de feição conservadora radical, monárquica, tradicionalista e antiparlamentar, influenciados pela vaga francófona da *Action Française* e do pensamento de Gustave Le Bon, Maurice Barrés e Charles Maurras.

Aqui D’El-Rei! foi, a partir de fevereiro de 1914, a ponta de lança deste fluxo ideológico em território português, cabendo-lhe a primazia de ter sido, segundo Leão Ramos Ascensão, o órgão «onde, pela primeira vez, se sistematizou a doutrina do Integralismo Lusitano»²². Certo é, porém, que se foi neste panfleto que se iniciou tal sistematização, a verdade é que ele teve, desde o início, um carácter precário: desde setembro de 1913 que vinha sendo projetada, por Alberto Monsaraz, Hipólito Raposo e António Sardinha, a grande revista do ideário integralista, a cuja preparação **João do Amaral** aderiu quase desde o início de publicação do seu panfleto — tratar-se-ia de *Nação Portuguesa : revista de filosofia política / revista de cultura nacionalista (órgão do*

¹⁴ N.º 3, pp. 48-49.

¹⁵ *Idem*, pp. 49-50.

¹⁶ *Idem*, pp. 50-52, e n.º 5, pp. 80-83.

¹⁷ N.º 3, p. 52.

¹⁸ N.º 5, pp. 73-80.

¹⁹ *Idem*, pp. 82-83.

²⁰ Carta de João do Amaral a António Sardinha, de 1 de novembro de 1913, cit. em José Manuel Quintas, *Filhos de Ramires...*, p. 142.

²¹ Cf. José Manuel Quintas, *op. cit.*, pp. 140-143.

²² *O Integralismo Lusitano*, p. 23.

Integralismo Lusitano), anunciada na contracapa de ***Aqui D'El-Rei!***, desde o número 3, como «revista de doutrinário monárquico», e que iniciou publicação a 8 de abril de 1914. Simultaneamente, ***Aqui D'El-Rei!*** cessou publicação, vindo João do Amaral a colaborar no novo título e, mais tarde, a ser redator-chefe d'*A Monarquia*, que o substituiu (12 de fevereiro de 1917)²³.

Por Pedro Teixeira Mesquita

Lisboa, Hemeroteca Municipal, 28 de Outubro de 2014

BIBLIOGRAFIA

ASCENSÃO, Leão Ramos, *O Integralismo Lusitano*, [Lisboa]: Edições Gama, 1943.

BARREIRA, Cecília, “Três nótuas sobre o integralismo lusitano (evolução, descontinuidade, ideologia, nas páginas da «Nação Portuguesa», 1914-26)”, in *Análise Social*, vol. XVIII (72-73-74), 1982-3.º-4.º-5.º, pp. 1421-1429.

CORDEIRO, José Manuel, “*Nação Portuguesa* (1914-1916) – Que Integralismo Lusitano?”, in *Cultura – Revista de História e Teoria das Ideias*, n.º 26, 2009, pp. 139-154.

CRUZ, Manuel Braga da, “O integralismo lusitano nas origens do salazarismo”, in *Análise Social*, vol. XVIII (70), 1982-1.º, pp. 137-182.

FERRÃO, Carlos, *O Integralismo e a República : autópsia de um mito*, 3 vols., Lisboa: Inquérito / Editorial «O Século», 1964-1965.

Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira. Lisboa/Rio de Janeiro: Editorial Enciclopédica, Lda., 1978.

LEMOS, Mário Matos e, *Jornais diários portugueses do século XX : um dicionário*, Coimbra: Ariadne Editora/Ceis20, [2006].

OLIVEIRA, A. Paulo Dias, “Leão Ramos Ascensão e o Integralismo Lusitano”, in *Cultura – Revista de História e Teoria das Ideias*, n.º 29, 2012, pp. 237-262.

²³ Sobre as origens e desenvolvimento do Integralismo Lusitano e da imprensa a ele associada, v. Leão Ramos Ascensão, *O Integralismo Lusitano*; Carlos Ferrão, *O Integralismo e a República*; António Costa Pinto, “A formação do integralismo lusitano (1907-17)”; A. Paulo Dias Oliveira, “Leão Ramos Ascensão e o Integralismo Lusitano”; Manuel Braga da Cruz, “O integralismo lusitano nas origens do salazarismo”; Cecília Barreira, “Três nótuas sobre o integralismo lusitano (evolução, descontinuidade, ideologia, nas páginas da «Nação Portuguesa», 1914-26)”; José Manuel Cordeiro, “*Nação Portuguesa* (1914-1916) – Que Integralismo Lusitano?”; e José Manuel Quintas, *op. cit.*

PINTO, António Costa, "A formação do integralismo lusitano (1907-17)", in *Análise Social*, vol. XVIII (72-73-74), 1982-3.^o-4.^o-5.^o, pp. 1409-1419.

QUINTAS, José Manuel, *Filhos de Ramires : as origens do Integralismo Lisitano*, Lisboa: Editorial Nova Ática, 2004.

SANTOS, Miguel Dias, *A Contra-Revolução na I República, 1910-1919*, Coimbra: Imprensa da Universidade, 2010.